

CONTRAPONTO

"SANGUESSUGAS" DESMORALIZAM O PARLAMENTO?**NÃO****A desmoralização é individual****Prof. Luís Gustavo Mello Grohmann**

Departamento Ciências Sociais da UFSM - Núcleo de Estudos Legislativos

Se levarmos em consideração que o parlamento nunca foi levado em boa conta pela sociedade, com baixos níveis de confiança, então o que acontece é só confirmação de uma escrita antiga e que não atinge apenas o Brasil, mas também a América Latina e alhures. Ressalte-se que a crise parlamentar não é uma crise de sistema ou de regime. É uma crise de reputação dos integrantes de uma instituição democrática.

A permanência da crise do parlamento diante da opinião pública é resultado dos seguintes fatores: a) imprensa livre; b) falta de controle democrático da sociedade sobre os representantes tanto do ponto de vista das organizações quando do eleitor. A imprensa livre sempre vai estar atrás de notícias sensacionais. O drama é quando a imprensa livre vai ser responsável ou não. Em política, nem sempre tornar pública toda a verdade vai produzir bons resultados para as instituições democráticas. Não se deseja dizer que os acontecimentos em geral não devam ser revelados e que não se encontre a punição adequada. Só desejamos advertir que na política nem mesmo a verdade deve ser tomada em absoluto. É claro que preferimos um sistema democrático 100% livre de meias verdades ou corrupção.

É evidente que sistemas democráticos não podem permitir que quadrilhas tomem de assalto o Estado, malversando seus recursos e criando proteção ao crime. Mas não é da política e sim da virtualidade do idealismo moral intentar produzir um sistema absolutamente puro e caso isso não ocorra proclamar o fim do mundo. O problema passa a ser de outra ordem: o quanto a sociedade suporta de corrupção na política? Quais os mecanismos que ela tem a sua disposição para impedir a corrupção e/ou punir adequadamente a sua ocorrência, dentro de um ambiente democrático e do Estado de



Direito? Os processos de corrupção rebaixam o desenvolvimento da sociedade? O quanto a Sociedade é corrupta? De outro lado, uma visão otimista, e de senso comum, desse processo diria que a *revelação* da corrupção atual é peça salutar do sistema e que concorre para sua melhoria, na medida que permite mostrar as práticas ilegais de indivíduos e provocar uma limpeza dentro da instituição.

Isso nos remete ao segundo fator das crises de reputação do parlamento, o controle democrático. Esse controle pode ser realizado por organizações da sociedade civil, por partidos,

por pessoas, enfim, por quaisquer grupos que integrem nossa sociedade. Esse controle pode se dar em geral, tal qual a imprensa o realiza, fora de canais institucionais próprios. Também pode se dar por dentro do próprio Estado, seja por órgãos e pessoas especialmente designados para tal, seja por aqueles que incorporam a presença de organizações políticas e sociais da sociedade civil. O controle é político, o que implica ter em vista a quem interessa controlar e como controlar. Mesmo as organizações e instituições, compostas de indivíduos, que exercem a vigilância sobre as práticas públicas devem ser vigiadas.

“Que se vote melhor a cada eleição”

É o velho Montesquieu, secundado por Madison: para evitar a tirania, poder deve se antepor ao poder.

Nesse caso, quem deve controlar o controlador? Há mais uma figura no contexto democrático: o cidadão/eleitor. Em contextos democráticos, é ele quem vai determinar o grau de independência política dos controladores e dos poderes. Para tanto, esse cidadão lançará mão de seu voto e de sua mobilização em movimentos políticos para expressar sua preferência e sua intensidade de adesão a ela. Assim, não se pode falar em desmoralização dos indivíduos escolhidos como representantes no parlamento sem falar em desmoralização da sociedade que os escolheu.

A falta de controle do eleitor sobre quem ele tornará representante junta-se às suas preferências por políticos tipo “rouba mas faz”, ou “ele é meu amigo”, “ele conhece meu nome”, “ele me deu um tijolo”, “ele é legal”, etc, e conduz à eleição de políticos nem sempre comprometidos com linhas de conduta ilibadas. Essas manifestações dos eleitores podem não apresentar qualidade ou sofisticação política, sendo algumas inclusive perniciosas, mas são legítimas manifestações de preferências em um ambiente democrático, tanto quanto aquelas que se orientam por programas políticos, posições ideológicas, etc.

Portanto, não acreditamos que esteja ocorrendo uma desmoralização do parlamento. Acreditamos na desmoralização de representantes individuais. Cabe à imprensa e aos círculos esclarecidos da nação demonstrar isso perante nossos cidadãos. Para que não precisemos sair em defesa da democracia, mais uma vez. E que se vote melhor a cada eleição. E que se participe mais a cada momento político, com responsabilidade e espírito democrático.